

# O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS NA PARAÍBA: PÁTRIA NACIONAL E PÁTRIA LOCAL (1837-1914)<sup>1</sup>

*Antonio Carlos Ferreira Pinheiro*<sup>2</sup>

## Considerações Iniciais

Este texto é resultante de algumas reflexões que temos realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO e tem como objetivo analisar o processo de constituição do ensino de história nas escolas de primeiras letras, hoje, conhecido também como ensino primário, na Província/Estado da Parahyba do Norte. A delimitação do período está condicionada às primeiras indicações acerca do que e de como os professores deveriam ensinar na Província da Parahyba do Norte, no que concerne particularmente ao ensino de história, a partir da publicação da Lei nº 20, de 06 de maio de 1837, documento esse que elegemos para iniciarmos este estudo. Quanto ao ano de 1914, refere-se ao momento da publicação do livro de Manuel Tavares Cavalcanti, intitulado: *Epitome de História da Parahyba*, escrito para atender uma solicitação feita pelo Presidente do Estado da Paraíba, João Castro Pinto, que desejou um material didático específico sobre a história da Paraíba e que fosse, ao mesmo tempo, de fácil leitura pelos alunos.

As fontes com as quais trabalhamos foram as leis e regulamentos, produzidos no período aqui em estudo<sup>3</sup>. Além dessas, utilizamos uma diversificada documentação, cujos originais se encontram no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC<sup>4</sup>. Consultamos, ainda, as mensagens, relatórios e falas dos presidentes da província/estado encaminhados à Assembleia da Província da Parahyba do Norte. Acessamos,

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada durante a realização do X Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação: percursos e desafios na História da Educação luso-brasileira, ocorrido na cidade de Curitiba-PR, em 2014.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e em Geografia pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado III do Departamento de Metodologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação na Paraíba – HISTEDBR-PB (PPGE-UFPB/ Diretório CNPq) e do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO (PPGH-UFPB/ Diretório CNPq). E-Mail: <acfp@terra.com.br>.

<sup>3</sup> Tais documentos foram publicados na *Coleção Documentos da Educação Brasileira*, organizada pela Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE. Ver: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira & CURY, Cláudia Engler (orgs). *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, 2004.

<sup>4</sup> Parte desse conjunto de documentos encontra-se também publicado na *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Ver: CURY, Cláudia Engler, ANANIAS, Mauricéia & PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs.). *Fontes para a História da Educação da Paraíba imperial: documentos avulsos (1821-1860)*. Vitória: SBHE; Virtual Livros, 2015 [recurso eletrônico].

também, alguns compêndios e livros didáticos de História do Brasil e de História da Paraíba.

Analizamos essas fontes a partir dos referenciais teóricos propostos por Chervel<sup>5</sup> que trata das questões relativas à história das disciplinas escolares e de Goodson<sup>6</sup> que discute a importância do currículo no processo de organização social do conhecimento. Assim, Goodson identificou dois movimentos possíveis para se tratar do processo de escolarização; um primeiro que identificou como a “principal corrente” da história da educação que “se concentra nos contextos político e administrativo de escolarização e permanece ‘externa’ à escola”. O segundo que se preocupa em “penetrar nos padrões ‘internos’ de escolarização”, afirmando que:

*[...] o paradigma de história curricular é particularmente importante, porque nos permite penetrar numa parte fundamental da escolarização, que os historiadores se mostraram inclinados a ignorar: os processos internos ou a “caixa preta” da escola. A história do currículo procura explicar como as matérias escolares, métodos e curso de estudos constituíram um mecanismo para designar e diferenciar estudantes.*<sup>7</sup>

Resguardando o momento histórico em que Ivor Goodson teceu as suas críticas sobre as histórias dos processos de escolarização e, mais particularmente, sobre a importância dos estudos históricos acerca dos currículos e das disciplinas escolares, uma vez que há pelo menos uma década muito cresceram, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, os estudos preocupados em desvendar e compreender o que aconteceu e acontece no interior das instituições escolares. Assim sendo, esse movimento em busca de apropriação de conhecimentos e saberes reproduzidos e/ou produzidos no interior das escolas nos últimos anos ficou conhecido como uma significativa parte constitutiva da “história das culturas escolares”.<sup>8</sup> Vale ressaltarmos que os grandes marcos teóricos e metodológicos que, exaustivamente, apoiam essa produção são oriundos das proposições elaboradas por Roger Chartier, Philippe Perrenoud, Dominique Juliá, Antonio Nóvoa, além do próprio Ivor Goodson e de André Chervel.

No que concerne mais especificamente sobre a história das disciplinas escolares Chervel inicia o seu artigo com algumas interrogações que aqui nos apropriamos. São elas:

*Tem algum sentido a noção de história das disciplinas escolares? Apresenta analogias ou nexos comuns a história*

<sup>5</sup> CHERVEL, André. “Historia de las disciplinas escolares: reflexiones sobre un campo de investigación”. *Revista de Educación*, n. 295, 1991, p. 59-111.

<sup>6</sup> GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Tradução de Atílio Brunetta e Hamilton Francischetti. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>7</sup> GOODSON, *Currículo...*, p. 118.

<sup>8</sup> Para um maior detalhamento dessa abordagem, ver: JULIÁ, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan./jun. 2001, p. 09-43.

*das diferentes disciplinas? E, para aprofundar um pouco mais, permite a observação histórica extrair normas de funcionamento ou mesmo um ou vários modelos disciplinares ideais, cujo conhecimento e aplicação poderiam ser de alguma utilidade nos debates pedagógicos presentes e futuros?*<sup>9</sup>

Assim, foi a partir da última questão elaborada pelo mencionado autor que entendemos a importância em se conhecer um pouco dos processos que possibilitaram a efetivação do ensino de História como *matéria escolar*, hoje mais denominada como *disciplina escolar*, nos programas institucionais destinados às aulas de primeiras letras ou, como passou a ser comumente denominado, no ensino primário<sup>10</sup>.

Além desses referenciais outras obras, tais como as de Baldin<sup>11</sup>, Mattos<sup>12</sup>, Siman & Fonseca<sup>13</sup>, Fonseca<sup>14</sup>, Freitas<sup>15</sup>, Melo<sup>16</sup>, Bittencourt<sup>17</sup> e Schueler, Chamon & Vazquez<sup>18</sup> nos auxiliaram no processo de compreensão das especificidades paraibanas tomando-as como contrapontos ou referências ao movimento mais amplo ocorrido no Brasil e que já foram abordados pelos autores acima mencionados. Para tanto, centramos a nossa problematização apontando que diferentemente de boa parte dos estudos sobre o ensino de história, que privilegiam as questões relacionadas às políticas educacionais ou adentram aos aspectos metodológicos, preferimos trabalhar a partir dos referenciais da história da educação, ou seja, sobre

---

<sup>9</sup> O texto original: “¿Tiene algún sentido la noción de historia de las disciplinas escolares? ¿Presenta analogías o nexos comunes la historia de las diferentes disciplinas? Y, para ahondar un poco más, ¿permite la observación histórica extraer normas de funcionamiento o incluso uno o varios modelos disciplinarios ideales, cuyo conocimiento y aplicación podrían ser de alguna utilidad en los debates pedagógicos presentes y futuros?”. CHERVEL, “Historia de las disciplinas...”, p. 59.

<sup>10</sup> Tínhamos, inicialmente, a pretensão de discutir a questão do ensino de história também considerando o nível secundário paraibano, especialmente no Lyceu Parahybano e na Escola Normal, entretanto, em função das páginas as quais nos foram destinadas para a elaboração deste artigo e considerando, ainda, que a maioria dos estudos sobre a história do ensino de história se concentram no ensino secundário, especialmente, tomando como referência o Colégio Pedro II, é que resolvemos nos deter, neste estudo, apenas ao nível das primeiras letras ou primário.

<sup>11</sup> BALDIN, Nelma. *A história dentro e fora da escola*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

<sup>12</sup> MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

<sup>13</sup> SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thais Nívia de Lima e (orgs). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

<sup>14</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

<sup>15</sup> FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

<sup>16</sup> MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

<sup>17</sup> BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

<sup>18</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; CHAMON, Carla Simone & VAZQUEZ, Gabriel. “Ensinar história na escola primária oitocentista: o ‘Resumo da História do Brasil’, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade”. *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, Niterói, UFF, vol. 11, n. 1, 2010, p. 15-34.

a história do ensino de história, vinculado ao processo de organização da *cultura escolar* que têm possibilitado aos pesquisadores pensar formas de irem adentrando ao universo escolar paraibano.

## **O Ensino História nas aulas de primeiras letras**

A primeira notícia que temos acerca da indicação de ensino história na Parahyba do Norte é de 1837, quando foi publicada a Lei nº 20 de 6 de maio que regulamentou a organização das aulas de primeiras letras, no contexto de como as mesmas deveriam ser providas. Para tanto, os seus provimentos deveriam ser precedidas de “exames públicos” definidos por “Editais em todos os Municípios” e “perante o Presidente da Província.” Assim, os candidatos seriam

*[...] examinados e obrigados a ensinar as matérias seguintes: ler, escrever, as quatro operações de aritmética prática, de quebrados decimais, proporções, as noções mais gerais de geometria prática, [sem demonstrações], gramática da língua Nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina da religião Católica Apostólica Romana, proporcionada a compreensão dos meninos. Para a leitura dos alunos serão preferidas as constituições do Império o Resumo de História do Brasil, e o opúsculo – Palavras de um Crente.<sup>19</sup>*

Infelizmente, até o momento não dispomos de maiores informações se de fato tal livro de leitura, assim como o opúsculo *Palavras de um Crente*, tenham sido realmente utilizados no cotidiano de todas as cadeiras de primeiras letras existentes na Província da Parahyba do Norte. Entretanto, segundo Cury e Ferronato<sup>20</sup> que empreenderam algumas reflexões acerca das práticas de leituras e sobre a constituição do acervo da Biblioteca do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, destacam que naquela instituição de ensino secundário os estudos de história eram realizados

*[...] a partir do compêndio de História do Brasil, de Bellegarde. Esse compêndio é resultante de uma tradução do Resumé de l'histoire du Brésil, de Ferdinand Denis feita pelo português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde e publicada no Rio de Janeiro, em 1831.<sup>21</sup>*

Assim, podemos inferir que tal obra circulou na Província paraibana, sendo

<sup>19</sup> Grifo nosso. Cf. PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 17.

<sup>20</sup> CURY, Cláudia Engler & FERRONATO, Cristiano. “Em busca de leitores e suas práticas na Parahyba dos oitocentos: espaços de leituras, locais de venda e constituição de acervos”. In: BERGER, Miguel André & NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Bôas Carvalho do (orgs.). *Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em História da Educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 67-91.

<sup>21</sup> CURY & FERRONATO, “Em busca de leitores...”, p. 85.

utilizado, inclusive, nos dois níveis de escolarização, ou seja, no de primeiras letras e no secundário. Todavia, essas informações não nos dão a garantia que os seus conteúdos tenham sido adotados como “pontos” para os exames públicos e de que tenha sido utilizado como livro de leitura no cotidiano escolar das primeiras letras, apesar das indicações prescritivas orientarem os professores para a sua utilização.



**Fig. 1** – Capa da edição de 1834 da obra de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, *Resumo da História do Brasil*.  
Fonte: CURY & FERRONATO, “Em busca de leitores...”, p. 85.

Se por um lado identificamos que tais aspectos ainda nos são obscuros, por outro, podemos inferir que o ensino de história, ou pelo menos, em alguns momentos centrou-se na História do Brasil e não na História Geral ou Universal. Nesse sentido, os autores acima mencionados nos informam ainda que a história nacional na citada obra apresenta seis épocas:

*A primeira, que não constava do original francês, mostra, sob o título O Brasil antes da conquista, um autor crítico, que aponta os malefícios da ação conquistadora dos portugueses e dos europeus em geral aos indígenas da América e denuncia ‘sua quase total aniquilação’.<sup>22</sup>*

<sup>22</sup> CURY & FERRONATO, “Em busca de leitores...”, p. 85. Segundo Schueler, Chamon & Vazquez, em seu estudo sobre o ensino de história nas escolas primárias da Corte, no ano de 1888 foi, também, publicado em Boston, um livro intitulado *Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras*, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e que teve três edições, em 1888, 1894 e 1920. Todavia, até o momento, não temos a informação que o mesmo tenha sido adotado nas escolas primárias da Paraíba.



Esses indícios referentes aos possíveis estudos realizados nas escolas de primeiras letras, sobre a História do Brasil é convergente ao movimento mais ampliado, considerando que já se encontrava em processo de discussão entre os intelectuais e administradores públicos a necessidade de se implantar práticas educativas que contribuíssem com o processo de formação da nação brasileira e de construção de sua identidade cultural e histórica. Lembremos, pois, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que fora criado no ano de 1838. Segundo Fonseca, a sua missão foi a de elaborar

*[...] uma história nacional e de difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História. [...]*

*Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aulas por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto.<sup>23</sup>*

A delimitação do ensino de História do Brasil, nas aulas de primeiras letras, parece ter sido abandonada, pelo menos momentaneamente, uma vez que, no Regulamento de 20 de janeiro de 1849, no item referente aos *Estudos*, ficaram normatizados para toda a escola primária pública, na Parahyba do Norte, os seguintes temas e procedimentos de ensino. Vejamos:

- *A instrução moral e religiosa*
- *A leitura*
- *A caligrafia*
- *A aritmética até proporções*
- *Os elementos da gramática portuguesa*
- *Noções gerais de geometria prática sem demonstração.<sup>24</sup>*

Como já mencionado acima o ensino de história não foi indicado explicitamente, entretanto, vale ressaltarmos que o referido Regulamento propôs que toda a escola primária deveria ter “3 divisões principais, na razão da idade dos discípulos e dos objetos de ensino.” Essa informação nos indica uma possível primeira proposta de seriação do ensino primário na Província da Parahyba do Norte. Assim, a partir da segunda divisão a “instrução moral e religiosa” consistiria no *ensino de história santa*, tendo como base a “doutrina cristã”, apoiado na leitura do Velho e do Novo Testamento. No entanto, quando os alunos passassem a cursar a terceira divisão, ficou prescrito, no referido Regulamento, que nas aulas de *Escrita* os professores além de ensinarem os “dogmas e os preceitos da religião, as regras mais essenciais da moral”, deveriam lecionar algumas “passagens da História do Brasil mais próprias a *nos fazer amar a pátria*, e conhecer as pessoas célebres pelas suas virtudes, conhecimentos, fatos úteis etc.”<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> FONSECA, *História e ensino de História*, p. 46.

<sup>24</sup> Regulamento de 20 de janeiro de 1849. PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 26.

25 Grifos nossos. Cf. PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 28.

A pouca clareza acerca da permanência ou não do ensino de história no ensino primário levou, por exemplo, no final da década de 1850, a realização de um debate, no âmbito da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte, sobre a necessidade de se estabelecer uma “divisão do ensino primário em dous grãos”, no qual ficariam indicadas as “matérias” que deveriam ser ensinadas em cada um dos graus. Assim, para Manoel Clementino Carneiro da Cunha, vice-presidente da referida província,

*[...] O ensino no 1.º gráo deve conter princípios de doutrina Christã, e moral, leitura, escripta, elementos de grammática nacional, e de cálculo, o systema legal dos pesos, e medidas. O do 2.º gráo, além daquelles princípios, deve compreender tambem elementos de Geometria e suas applicações usuaes, especialmente o desenho, e agrimensura, noções de sciencias phisicas, e de história natural, applicadas aos usos da vida, elementos de história, e geographia, etc. etc.<sup>26</sup>*

Reforçando os argumentos tecidos por Manoel Clementino Carneiro da Cunha, o Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, afirmou que

*As noções de geographia, historia e outras que podem entrar no plano de uma nova divisão das materias que se ensinão nas escolas primarias, se adquirem simplesmente pela leitura, nas escolas actuaes, de boas obras elementares methodicas e a alcance da intelligencia dos meninos que as comprehendem com ligeiras explicações que todo o Professor applicado é mais ou menos habilitado para dar.<sup>27</sup>*

No ano seguinte, ou seja, em 1858, foi criado o Colégio Nossa Senhora das Neves, na capital da Província da Parahyba do Norte. Tratava-se de “um internato para o fim de promover a educação moral, religiosa e literária do sexo feminino”<sup>28</sup>. Foi uma escola mantida pelo poder provincial e que teve vida efêmera, uma vez que fechou as suas atividades em 1861. Apesar de promover o ensino primário estavam previstas em seu Regulamento as seguintes matérias de ensino:

---

<sup>26</sup> Grifos nossos. PARAHYBA DO NORTE, Provincia da. *Relatorio recitado na abertura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da Provincia, o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de Agosto de 1857*. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, s.p.

<sup>27</sup> PARAHYBA DO NORTE, *Relatorio...*, s.p.

<sup>28</sup> Ver a Lei n. 13, de 04 de novembro de 1858, e a Lei n. 437, de 15 de dezembro de 1858, que regulamentou o funcionamento do Colégio Nossa Senhora das Neves. PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...* Consultar, também, sobre a história dessa instituição, os seguintes trabalhos: RIBEIRO, Domingos de Azevedo. *Colégio de Nossa Senhora das Neves*. João Pessoa: s.r., 1996. EGITO, Philippe Henrique Teixeira do. “A instrução feminina na capital da Província da Parahyba do Norte: o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1858-1895)”. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira & FERRONATO, Cristiano (orgs.). *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2008, p. 125-144.

- 1º – *Leitura escrita*
- 2º – *Aritmética até proporções, inclusive*
- 3º – *Doutrina cristã*
- 4º – *Gramática nacional*
- 5º – *Noções de Geometria*
- 6º – *Coser, bordar, marcar e demais prendas domésticas*
- 7º – *Geografia e História*
- 8º – *Traduzir, escrever e falar francês e italiano*
- 9º – *Música, desenho e dança.*<sup>29</sup>

Nessa proposta específica, para além da matéria de Geografia e História, percebemos que a indicação do ensino da Doutrina cristã, como matéria específica e não no âmbito do ensino da história sagrada, conforme verificamos anteriormente. Assim, podemos ler essa especificidade, considerando que, como se tratava de uma escola destinada às meninas, essas teriam que receber uma formação religiosa mais eficaz no sentido do seu doutrinamento propriamente dito, ou melhor, para os elaboradores do citado Regulamento, não foi considerado suficiente para a formação das meninas da elite receber apenas ensinamentos históricos acerca da vida sagrada. Essa perspectiva coaduna-se com o papel que as mulheres deveriam ou poderiam exercer na sociedade, visto que

*A influencia das mulheres no destino dos homens e da sociedade é immensa; os nossos primeiros passos são dirigidos por ellas, imcumbidas pela natureza humana de velar mais especialmente sobre a nossa infancia. Quem se não recorda com enternecimento das caricias que prodigalisão estes seres angelicos á fraqueza de nossos primeiros annos, que ellas sustentão e protegem com toda constancia, tanto desinteresse ás vezes até com heroismo bem mal recompensado? A sua companhia dá mais encanto aos nossos prazeres: ellas polem nossas maneiras, adoçam nossos costumes; no infortunnio nos consolão, nos fortificão; a sua magica presença dissipa instantaneamente nossos tetricos pensamentos; se as enfermidades nos accometem que assistencia é mais efficaz para aliviar nossas dores? Ellas nos inspiram acertadas resoluções nas ocasiões difficeis, reforção nossa impetuosidade, excitão ou moderão nossa coragem; seus conselhos salutaes expressos com acento da mais tocante, da mais persuasiva e insinuante doçura, nos preservão de muitas desordens e perigos; finalmente são nossas maes, nossas irmãs, nossas mulheres e nossas filhas. Todos estes titulos que faltão á nossa rasão e á nossa sensibilidade não nos impõe o dever*

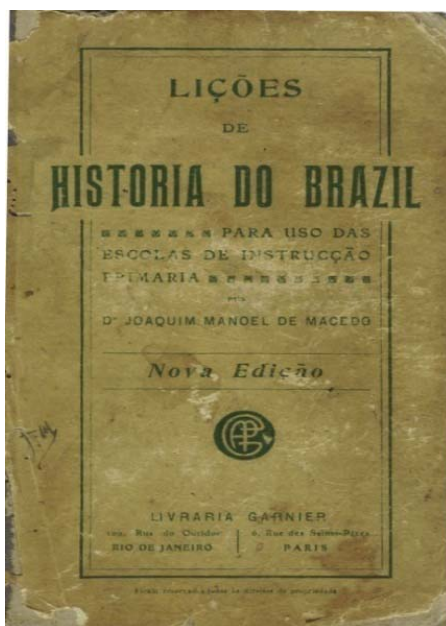
---

<sup>29</sup> Conferir artigo 7º da Lei n. 439, de 15 de dezembro de 1858. PINHEIRO & CURY, *Leis e regulamentos...*, p. 115.



*imperioso de cultivar a intelligencia e formar o coração dessa obra prima da criação, desse sexo amavel, que não pode ser menos presado sem a mais detestavel ingratião, sem uma injustiça clamorosa e sem expo-las a erros e a perigos a que ás vezes as faz succumbir a cegueira em que, por estúpido calculo as mantemos, imputando, por nossas seduções, mas á sua singeleza e á sua innocencia sem luzes e sem experiencia que as protegem?!<sup>30</sup>*

Quanto à elaboração de compêndios de ensino de história do Brasil, destinados ao ensino primário, temos a informação de que em 1863, foi lançado pela Livraria Garnier o livro intitulado: *Lições de história do Brasil*, para o uso das escolas instrução primária, escrito por Joaquim Manoel de Macedo<sup>31</sup>. Devido a inúmeras edições que o livro teve é possível conjecturarmos que o mesmo tenha sido adotado em algum momento nas escolas primárias paraibanas.



**Fig. 2** – Capa da edição de 1905 da obra de Joaquim Manoel de Macedo, *Lições de História do Brasil* para o ensino primário. Acervo do autor.

<sup>30</sup> PARAHYBA DO NORTE, *Relatorio...*, s.p. Wilson Xavier faz uma prodigiosa análise sobre os ideários que foram construídos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX em torno da mulher como o gênero mais indicado para exercer o magistério infantil e primário. Ver: XAVIER, Wilson José Félix. *Razões e sensibilidades: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina na Parahyba do Norte (1865-1917)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

<sup>31</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de Historia do Brazil: para uso das escolas de instrucção primaria*. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1905. Sobre a discussão acerca da elaboração e adoção desse livro, juntamente com aquele que foi elaborado com destino do ensino secundário, consultar: MELO, *Senhores da História...*

Todavia, a sua adoção nas escolas primárias paraibanas pode ter sido dificultada em virtude desses materiais didáticos ainda não circularem com muita facilidade na Província da Parahyba do Norte. Esse aspecto pode ser detectado a partir da seguinte avaliação que o Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima fez dessa questão. Acompanhemos:

*A dificuldade consiste n' aquisição destes compendios que se não encontram nem nas nossas grandes Cidades onde se promove com empenho a diffusão das luzes. Prescrever a um mestre a ensino de taes e taes mateiras sem que haja meio de obter os compendios convenientes parece-me uma inutilidade; entretanto que sem esta expressa prescripção e com bons livros de leitura habitual estas mesmas materias se vão pouco a pouco inculindo no espirito dos meninos que sem deliberado proposito, achão-se no fim de algum tempo com uma somma de conhecimentos proveitosos de que em outra idade fazem vantajoso uso.<sup>32</sup>*

Todavia, independentemente das dificuldades existentes naquele período para a aquisição de livros de leitura e de compêndios, o debate sobre a unificação em uma só matéria dos ensinamentos de história sagrada juntamente com o de história do Brasil, parece ter se prolongado por alguns anos. A defesa realizada pelo referido vice-presidente, de se manter apenas o ensino de história do Brasil, consorciado com o de geografia, não se efetivou, já que as orientações destinadas ao ensino da referida matéria que prevaleceram na instrução primária, a partir da publicação da Lei n. 178, de 30 de novembro de 1864, foram as de que os professores deveriam dar “noções elementares da história sagrada [...] e da história do Brasil”, mantendo ainda uma próxima relação com o ensino de geografia<sup>33</sup>. Sobre essa mesma questão, Fonseca ressalta que

*Isso ocorria porque à História atribuía-se a função de formação moral de crianças e jovens, fosse pelos princípios cristãos e pela doutrina da religião católica, fosse pelo conhecimento dos fatos notáveis da História do Império. Resolvia-se, de certa forma, o problema de conciliar os interesses do estado e da Igreja na área da educação, num momento em que a tendência era de atribuir cada vez mais ao primeiro o controle sobre ela.<sup>34</sup>*

---

<sup>32</sup> PARAHYBA DO NORTE, *Relatorio...*, s.p.

<sup>33</sup> É importante informarmos que antes da publicação dessa Lei foi publicado, em 27 de janeiro de 1860 um novo Regulamento da Instrução Primária e Secundária Pública e particular da Província da Parahyba. Entretanto, na parte referente à instrução primária não aparece qualquer indicação acerca das matérias que deveriam ser ensinadas, somente tendo algumas indicações na parte referente ao ensino secundário. É interessante também informar ao nosso leitor que o referido regulamento teve duração muito curta, uma vez que foi suspenso pela Lei n° 12, de 08 de agosto do mesmo ano, ou seja, vigorou por apenas 5 meses e mais alguns dias.

<sup>34</sup> FONSECA, *História e ensino de História*, p. 47.

Dezenove anos depois, isto é, em 1883, foi publicada uma nova lei – a de número 761 de 07 de dezembro – regulamentando a Instrução Pública primária e secundária, na Província da Parahyba do Norte. No seu artigo 1º, inciso 2º foi reiterado que nos concursos públicos destinados ao provimento de cadeiras isoladas seria necessário que os candidatos fossem avaliados considerando-se, também, a história e a geografia do Brasil. Ao mesmo tempo, no Regulamento propriamente dito, ficou estabelecido que o ensino primário devesse constar das seguintes matérias:

- *Leitura e escriptura*
- *Elementos da gramática portugueza*
- *Principios de arithmética compreendendo \_\_\_\_\_ legal de pesos e medidas*
- *Noções de história e geographia do Brazil*
- *Noções de história sagrada*
- *Trabalho de agulhas e prendas domesticas nas escolas do sexo feminino.*<sup>35</sup>

Assim, ao compararmos a listagem das matérias (*Estudos*) que deveriam compor o ensino primário em 1883 com o Regulamento de 1849, percebemos que somente no início da década de oitenta do século XIX, o ensino de história passou a constar como uma matéria obrigatória na educação escolar primária paraibana. Tal situação parece ter permanecido inalterada até o final do regime monárquico brasileiro, em 1889.

Após a instauração do regime político republicano, o Estado da Parahyba do Norte publicou um novo regulamento destinado ao ensino primário somente em 1904, ficando como obrigatórias as seguintes disciplinas:

- 1º *Leitura e escripta;*
- 2º *Elementos de grammaticaportugueza;*
- 3º *Principios de Arithmetica, comprehendendo o systema legal de pesos e medidas;*
- 4º *Noções de história e geographia do Brasil;*
- 5º *Elementos de sciencias physicas e naturaes;*
- 6º *Elementos de desenho linear, calligraphia e música;*
- § Único. *Nas escolas do sexo feminino se ensinará também trabalhos de agulha e prendas domesticas.*<sup>36</sup>

Assim, como podemos observar, ocorreu à manutenção obrigatória de “noções sobre o ensino de história do Brasil”, entretanto, articulados aos de geografia. Nesse sentido, parece que a mudança do regime político do imperial para o republicano não provocou grandes mudanças em relação ao ensino de história no nível primário.

<sup>35</sup> Esse documento encontra-se na Caixa 65-B-1883, pertencente ao Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

<sup>36</sup> PARAHYBA, Estado da. “Decreto nº 241, de 26 de agosto de 1904”. In: \_\_\_\_\_. *Collecção dos Actos dos Poderes Legislativo e Executivo*. Parahyba: Imprensa Official, 1914, p. 45.

Segundo Fonseca, “nas primeiras décadas da República a produção historiográfica manteve-se estreitamente vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) onde, desde a segunda metade do século XIX, desenvolvia-se o projeto de elaboração de uma história nacional”<sup>37</sup>.

Todavia, a história do ensino de história no Brasil e na Parahyba do Norte têm outros elementos que o constituem, como, por exemplo, o ensino de história local. Essa indicação somente apareceu no final do período imperial e foi destinada ao ensino secundário. Segundo Cury,

*A Resolução Provincial Nº 288, de 1885, reza a seguinte determinação quanto ao Plano de Ensino do Liceu: “(...) compreenderá as seguintes disciplinas: 1ª Português, 2ª Francês, 3ª Inglês, 4ª Latim, 5ª Matemática, 6ª Geografia Geral, Corografia do Brasil e especialmente da Paraíba, 7ª História Geral e História do Brasil e especialmente da Paraíba, 8ª Retórica, Poética e Literatura Nacional, 9ª Filosofia, 10ª Elementos de ciências físicas e naturais.” E o documento prossegue, “§ 1º Para cada uma dessas disciplinas haverá cadeira especial com professor distinto e o programa de ensino será o mesmo que for aprovado pelo governo para ser adaptado ao do Imperial Colégio de Pedro II, salvo o de desenvolvimento exigido quanto à Província da Paraíba nos programas de geografia e história.”<sup>38</sup>*

E continua a referida autora com os seguintes questionamentos:

*Em outras províncias aconteceu a mesma coisa com relação à história local? É possível pensarmos que as ideias de 1817 não se desfizeram e que a aproximação dos ventos republicanos reascendeu a chama das pátrias locais? O ideário das pátrias locais sempre esteve presente nas províncias apesar dos esforços do poder central? A submissão ao poder central dos interesses locais também foi tarefa que não findou no império e que os governos republicanos tiveram que enfrentar?*<sup>39</sup>

<sup>37</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. “Ver para compreender’: arte, livro didático e a história da nação”. In: SIMAN & FONSECA, *Inaugurando a História...*, p. 93.

<sup>38</sup> Grifo nosso. CURY, Cláudia Engler. “As práticas instrucionais no *Lyceo Parahybano* (1836-1889): a configuração dos planos de ensino e o ensino de história”. In: *Anais eletrônicos do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 4117.

<sup>39</sup> CURY, “As práticas instrucionais...”, p. 4117. Encontra-se em andamento, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – PPGH-UFPB, a pesquisa de mestrado de Maday de Souza Moraes, provisoriamente intitulada *Uma história da cadeira de história na Província da Parahyba imperial: diálogos interprovinciais*.

Apesar de essas questões terem sido suscitadas a partir de uma normatização destinada ao ensino secundário, podemos visualizar que com a instauração do regime republicano essa perspectiva do ensino de História tomou um vulto maior uma vez que a ideia de se implantar, no Brasil, uma educação de caráter nacional, ou seja, com o objetivo da criação de um sistema educacional que abrangesse todo o território nacional e os conteúdos ideologicamente comprometidos com a construção da nacionalidade republicana brasileira<sup>40</sup>. A partir dessa preocupação as propostas para a construção de uma educação nacional continuaram articuladas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que incentivou a “fundação de Institutos Históricos e Geográficos locais com o objetivo precípua das produções de histórias regionais e catalogação de fontes para percorrer o caminho de volta (ao IHGB) e contribuir para a formulação da história geral do Brasil”<sup>41</sup>. Seguindo essa orientação, foi fundado na Paraíba, em 1905, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Ao mesmo tempo em que contribuía para a construção do nacionalismo, esses institutos também concorriam para forjar identidades regionais: pernambucanidade, paulistanidade e, naturalmente, paraibanidade. A referida autora desenvolveu interessantíssima análise dos objetivos e do papel que teve o IHGP para a elaboração ideológica de uma possível “paraibanidade” ou daquilo que poderíamos denominar “pensamento paraibano”.

*Os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, construindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos.*<sup>42</sup>

Imbuídos da concepção de que o propósito da história é oferecer verdades instrutivas, bem como estudar os triunfos da razão e da imaginação, os membros do IHGP, segundo Dias entenderam que, no interior do projeto de mapeamento do processo histórico paraibano, fazia-se necessário “reunir pessoas para recordação de fatos ou para eternizá-los. Isolando o fato, caracterizando-o como digno de recordação, comemoração e, portanto, de sua inclusão na historiografia”<sup>43</sup>.

Em síntese, para que fosse construída a identidade da cultura e dos homens paraibanos (paraibanidade) era preciso, acima de tudo, “resgatar” seus heróis, as datas e os fatos que marcaram sua história, além das especificidades culturais (musicais, folclóricas etc.), do perfil dos “grandes educadores” e dos feitos do povo paraibano. Assim é que, nos anos que se seguiram a 1905, a história da Paraíba foi objeto de vários estudos<sup>44</sup>.

<sup>40</sup> Parte dessa discussão encontra-se em estudo por nós realizado e já publicado. Ver: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas: Autores Associados; Universidade São Francisco, 2002.

<sup>41</sup> DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepidaab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996, p. 33.

<sup>42</sup> DIAS, *Intrepidaab origine...*, p. 36.

<sup>43</sup> DIAS, *Intrepidaab origine...*, p. 46.

<sup>44</sup> Boa parte dessa produção foi publicada nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.



No âmbito da instrução pública propriamente dita, alguns administradores do Estado forneceram orientações gerais para que as convicções republicanas fossem amplamente estimuladas no âmbito escolar:

*Alguma cousa vae-se alcançando nessa orientação com o ensino civico, mediante o culto da bandeira nacional, os canticos e hynnos patrioticos a commemoração das datas e dos feitos patrios, este anno mais decididamente postos em pratica especialmente por intermedio da mocidade escolástica desta capital, que tão vivas e sinceras demonstracções costuma dar nestas occasiões.*<sup>45</sup>

Era necessário “associar as escolas primarias e secundarias ás manifestações da nossa vida civica”; para tanto, os administradores estaduais adquiriram e fizeram “ensaiar os hynnospatrioticos, entoados em côro, ao celebrar as ephemerides nacionais”. Tais procedimentos, segundo João Castro Pinto, presidente do Estado, muito serviriam “para avivar na infância e na juventude o amor á nacionalidade”<sup>46</sup>.

O administrador estatal acima mencionado não se limitou apenas a “orientar” os responsáveis mais diretos pela instrução pública paraibana: com a convicção de que os citados ideais viriam a ser de fato efetivados no cotidiano escolar, Castro Pinto, adquiriu livros escolares e os distribuiu gratuitamente nas escolas públicas. Ao mesmo tempo encarregou “o provector e talentoso Dr. Manoel Tavares Cavalcanti de confeccionar o epitome da Historia da Parahyba destinada à instrucção primária”<sup>47</sup>.

A obra, *Epitome de Historia da Parahyba*, de fato, foi publicada e adotada nas escolas primárias públicas do Estado da Parahyba. Constituída por quarenta e um capítulos de, aproximadamente, duas páginas cada, apresenta, de início, a posição geográfica da Parahyba do Norte, descrita como “terra punjante [que] ostenta nas praias os seus altos coqueiros e seus cajueiros frondosos”; em seguida, descreve sucintamente os “selvagens” que “viviam no seio das florestas em habitações mesquinhas reunidas em forma de aldeamentos que tinham a denominação de taba”<sup>48</sup>, para, no último capítulo, destacar a “vida religiosa, intelectual e industrial” da Parahyba do Norte. Em tom sempre ufanista e ressaltando os feitos dos heróis locais, a citada obra abrange do período colonial até o Governo do próprio Castro Pinto (iniciado em 1912).

---

Há um estudo, já publicado, que tece algumas considerações sobre essa produção realizada pelos historiadores da referida instituição. Ver: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. “O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a história da educação da Paraíba: apontamentos para um estudo historiográfico”. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luis (orgs.). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”: o debate teórico-metodológico da história e a pesquisa educacional. (4º) Anais. Campinas: Autores Associados; UNICAMP/HISTEDBR, 1997, p. 206-217 [CD-ROM].

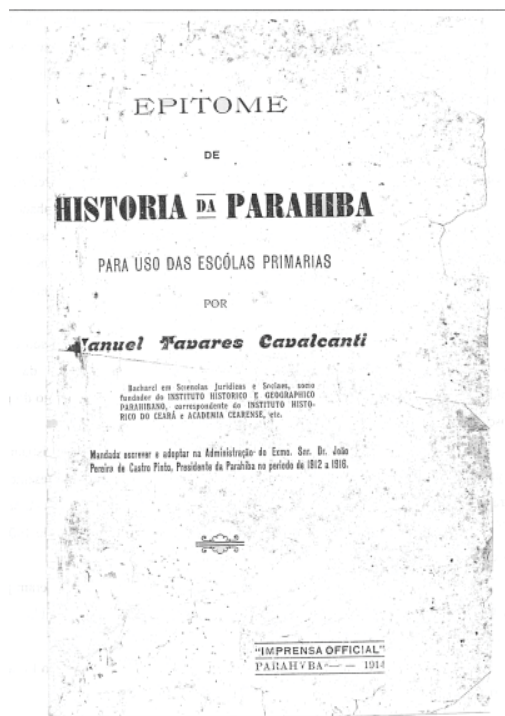
<sup>45</sup> PARAHYBA, Estado da. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa na abertura da 2ª sessão ordinaria da 7ª legislatura, pelo João Pereira de Castro Pinto (presidente do Estado) em 1913*. Parahyba do Norte: Torre Eiffel, 1913, p. 13.

<sup>46</sup> PARAHYBA, *Mensagem apresentada...*, p. 13.

<sup>47</sup> PARAHYBA, *Mensagem apresentada...*, p. 13.

<sup>48</sup> CAVALCANTI, Manoel Tavares. *Epitome da Historia da Parahyba*: para uso da escola primária. Parahyba: Imprensa Official, 1914, p. 04.





**Fig. 3** – Folha de rosto da obra *Epitome de Historia da Parahiba: para uso das escolas primárias*. Este exemplar, de 1914, se encontra no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

### Considerações Finais

O estudo sobre o ensino de história juntamente com aqueles relacionados aos ensinamentos de outras matérias (ou disciplinas), tais como: o de geografia e o de língua nacional contribuiu ou esteve, entendemos nós, intimamente articulado a dois processos específicos, mas ao mesmo tempo interligados, quais sejam: a) como parte do processo civilizatório, como bem ressaltou Mattos<sup>49</sup>, em seu estudo e b) como elemento contributivo da conformação e consolidação do Estado nacional brasileiro, mesmo considerando que no período aqui em estudo esteve, também, em pauta o sentimento de existência e identificação com as *pátrias locais*, aspecto esse que julgamos precisa ainda ser mais bem explorado pelos historiadores da educação brasileira.

Assim, procuramos ao longo da nossa análise estabelecer algumas conexões entre o lento, mas contínuo processo de implantação da mencionada *matéria* (disciplina) no âmbito das práticas educativas, ou melhor, nas relações ensino-aprendizagem que se deram no universo escolar, no que concerne ao ensino de história com os contextos políticos e administrativos que se processaram externamente à escola em si mesma. Tal aspecto reitera, portanto, uma das correntes ou movimentos produzidos no campo da História da Educação, conforme as indicações teóricas

<sup>49</sup> MATTOS, *O Brasil em lições...*

apontadas e reflexionadas por Goodson<sup>50</sup>. Ao mesmo tempo procuramos adentrar ao universo escolar, apontando alguns conteúdos que muito possivelmente foram ensinados pelos professores e professoras nas cadeiras de primeiras letras. O processo de seletividade desses conteúdos, portanto, foram manifestas a partir de práticas educativas que constituíram elementos significativos das culturas escolares, ou seja, com esse exercício empírico vislumbramos penetrar nos padrões internos de escolarização.

Há, ainda, muitas questões a serem identificadas e respondidas sobre o funcionamento internos das cadeiras isoladas<sup>51</sup> ou das escolas de primeiras letras, mesmo considerando os inúmeros estudos já realizados que abordam os procedimentos metodológicos, tais como a adoção do método lancasteriano ou monitoral, mútuo ou simultâneo<sup>52</sup>. Todavia, as questões e desconhecimentos se ampliam enormemente quando nos voltados para os conteúdos e saberes que eram ensinados no âmbito do ensino de primeiras letras, especialmente sobre o ensino de história. Tal dificuldade é em parte propiciada pela escassez de fontes documentais relacionados ao cotidiano escolar que muito pouco foram preservados pelos arquivos ou outros tipos de instituições públicas e particulares. Restando-nos, tão somente, os documentos oficiais de caráter predominantemente prescritivos e normativos.



---

<sup>50</sup> GOODSON, *Currículo...*

<sup>51</sup> Sobre a adoção dessa tipologia consular, ver: PINHEIRO, *Da era das cadeiras...*

<sup>52</sup> Sobre essa questão há uma importante coletânea organizada por Luciano Faria Filho. Ver: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitoral/ mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

## RESUMO

Este trabalho é resultante de reflexões que temos realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO e tem como objetivo analisar o processo de constituição do ensino de história nas escolas de primeiras letras, na Província/Estado da Paraíba do Norte, no período de 1837 a 1914. As fontes utilizadas foram as leis e regulamentos, mensagens, relatórios, bem como a documentação existente no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte. Consultamos, também, alguns compêndios e livros didáticos de História do Brasil e de História da Paraíba, especialmente *Epitome de História da Paraíba*, escrito por Manuel Tavares Cavalcanti e publicado em 1914. Analisamos essas fontes a partir dos referenciais teóricos propostos por André Chervel, que trata das questões relativas à história das disciplinas escolares, e de Ivor Goodson, que discute a importância do currículo no processo de organização social do conhecimento. Podemos afirmar que o ensino de história, juntamente com os ensinamentos de outras disciplinas como o de geografia e o de língua nacional, se constituiu uma das principais argamassas para a constituição do Estado-Nação brasileira, marcada pela tensão que ora construiu uma história que legitimou a pátria nacional ora a pátria local.

**Palavras Chave:** Ensino de História; Pátria Local; História Nacional.

Artigo recebido em 28 abr. 2015.  
Aprovado em 30 nov. 2015.

## ABSTRACT

This paper brings the result of reflections done in the context of the Research Group History of Education in the 19<sup>th</sup> Century Brazilian Northeast - GHENO and intends to analyze the formation process of history teaching in elementary schools at the Province / State of North Parahyba from 1837 to 1914. The sources were a set of laws and regulations, messages, reports, as well as the available documentation in the Waldemar Bispo Duarte State Historical Archive of Paraíba. The research has consulted also some books and textbooks of Brazil and Paraíba History, especially *Epitome de História da Parahyba*, written by Manuel Tavares Cavalcanti and released in 1914. These sources were analyzed standing from the theoretical concepts proposed by André Chervel, treating on the history of school subjects, and Ivor Goodson, who discusses the importance of curriculum in social organization of the knowledge process. Our conclusion is that the teaching of history, along with the teaching of other subjects such as geography and the national language, constituted a major basis for the constitution of the Brazilian nation-state, marked by the tension that sometimes built a story that legitimized national homeland, sometimes privileged the local countryland. **Keywords:** History Teaching; Homeland; Countryland.